

Movimentos sociais e escola pública: lutas pelo fortalecimento da educação do campo

Resumo

O objetivo deste texto é caracterizar a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo como coletivo que luta pelo fortalecimento da concepção da educação do campo no estado do Paraná e trazer indícios de que a escola pública pode ser um dos lugares de fortalecimento da luta dos povos do campo. Os dados empíricos resultam da análise documental, dos diários de campo elaborados durante os trabalhos *in loco* e da participação efetiva nas conferências, simpósios e seminários da educação do campo. Teoricamente, obras de Arroyo, Caldart, Freire e Suchodolski fortalecem a concepção transformadora de educação que fundamenta este texto. Demonstra-se ao longo do trabalho a relevância dos movimentos sociais e da sua pedagogia na efetivação da educação do campo. Defende-se a ideia de que a escola pública pode vir a ser um lugar de potencialização da concepção e prática da educação do campo, especialmente nos territórios em que a organização política dos povos do campo ainda é frágil.

Palavras-chave: movimentos sociais, escola pública, educação do campo.

Maria Antônia de Souza

Universidade Tuiuti do Paraná e
Universidade Estadual de Ponta Grossa
masouza@uol.com.br

Introdução

Este texto traz resultados de pesquisas realizadas no período de 2010 a 2013, voltadas à análise dos movimentos sociais, escola pública localizada no campo e experiências de efetivação da concepção da educação do campo. O trabalho insere-se no debate da educação do campo como experiência gerada no movimento de luta pela terra. A problemática central pode ser resumida na pergunta: Qual tem sido o papel dos movimentos sociais do campo e da escola pública na efetivação da concepção da educação do campo?

Os dados empíricos são oriundos da observação realizada nos encontros de trabalhadores rurais e nos estudos com professores das escolas localizadas no campo, nas próprias escolas públicas. Os documentos vinculados a projetos financiados pela CAPES/Observatório da Educação, que dão ênfase às escolas públicas localizadas no campo, e as cartas-manifestos produzidas pelos coletivos de trabalhadores auxiliam na compreensão da relação entre os movimentos sociais e o governo. As investigações têm como lugar da pesquisa o estado do Paraná, com ênfase em municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Do ponto de vista teórico destacam-se as ideias de Arroyo (1989) que nos auxiliam na compreensão do movimento educativo que se passa fora da escola. A respeito da concepção de educação que fundamenta o texto, destaca-se a vertente transformadora, como nos ensinam, respectivamente, Suchodolski (1976) e Freire (1987). Há que se reconhecer que a educação, tal como escreve Suchodolski (1976, p. 95), é “(...) um elemento de autoprodução dos homens no decurso do seu trabalho produtivo histórico” e que a contradição entre a educação opressora e a libertadora reflete “(...) a oposição existente na história entre o desenvolvimento revolucionário e criador das forças produtivas e a força retardadora das relações de produção” (p. 95).

A educação transformadora requer a superação das situações-limites de que fala Freire (1987) e que estão tão presentes na rotina da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas. A situação-limite é como uma barreira, aparentemente, insuperável, entretanto, a análise crítica dela leva à sua superação, à práxis, ou seja, “(...) reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade (...)” (p. 92).

Reconhece-se, inicialmente, que a educação do campo, surge nos movimentos sociais, no contexto da luta pela terra e por um projeto de campo e de país, tal como escreve Caldart (2009). Trata-se de uma frente dentro do movimento social que surge interrogando a educação brasileira, em particular, a precariedade das escolas, do processo pedagógico e da gestão escolar. Objetiva-se defender, neste texto, que a educação do campo pode adentrar a escola pública, tanto por força dos movimentos sociais, quanto por força institucional. Por força institucional é necessário que gestores e professores reconheçam a materialidade de origem, e os princípios pedagógicos e políticos da educação do campo, além de estarem conscientes da necessidade de reflexões sobre o projeto de campo que se deseja para o país e de mudanças na prática e cultura escolar.

Da constatação de que há uma pedagogia fora da escola, caminha-se para a reflexão da pedagogia que marca a escola e que possibilita o desenvolvimento da educação do campo. A tese ora defendida requer o reconhecimento de que as práticas dos movimentos sociais e dos coletivos escolares são efetivadas em meio a contradições e desafios, que ora demonstram avanços em direção à transformação e ora demonstram forte presença da ideologia conservadora. Reconhecer esse movimento é essencial para debater o que se passa nas escolas públicas, em dois movimentos: um marcado pela lógica institucional que traz nova roupagem para a educação rural, sem mudar a concepção; outro que traz interrogações para dentro da escola pública, com intuito de transformar a educação escolar. Um movimento com sinais ora reformistas, ora revolucionários.

A primeira parte deste texto é dedicada à análise do movimento social, expresso nas ações da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, sua presença no debate da formação escolar e suas demandas frente ao governo. A segunda parte está voltada para análise da escola pública e as possibilidades de provocar no interior dela o debate sobre a concepção e experiência da educação do campo, especialmente em contextos cujos movimentos sociais não estão tão ativos.

Movimentos sociais e a luta por escola

Compreende-se, neste texto, movimento social como “(...) ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Para a autora, os coletivos, na ação concreta, adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia às manifestações, marchas, passeatas, negociações entre outras formas de pressão. Os principais movimentos sociais da atualidade atuam por meio de redes sociais, que são locais, regionais, nacionais e internacionais.

Os coletivos de trabalhadores do campo e as instituições de educação superior do estado do Paraná dão forma ao movimento denominado de *Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo* (APEC). No presente trabalho, o coletivo APEC está sendo tratado como um movimento social, composto por movimentos de luta pela terra de maior duração, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), organizações sociais como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) entre outros. No ano de 2013, a APEC registra em sua composição 22 sujeitos coletivos do estado do Paraná, incluindo universidades e núcleos de pesquisas.¹

É fundamental, como escreve Gohn (1997), identificar os elementos que dão forma a um movimento social, tais como: origem, composição, formas de lutas, simbologia, conteúdos expressos nos documentos. Utilizando tais elementos, constata-se que a APEC teve suas primeiras reflexões em 1998, no contexto das conferências realizadas nos estados brasileiros, com o intuito de preparar a Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, que ocorreu em setembro de 1998, em Luziânia/GO.²

A I Conferência Estadual de 1998 teve o objetivo de iniciar as interrogações sobre a realidade das escolas públicas localizadas no campo, em especial nas áreas de assentamentos organizados no MST. Contou com a participação do MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), MAB, ASSESOAR, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos

¹ Para maiores detalhes ver o site http://apecpr2011.blogspot.com.br/2013/08/carta-de-candoi-e-pauta-de-compromissos_25.html, consultado em 9 de abril de 2014.

² Essas informações são oriundas do registro em diário de campo elaborados durante nossa participação efetiva em cada um desses eventos, no âmbito estadual e nacional.

Rurais (DESER) entre outros. Entre os anos de 1998 e 1999, cada um desses coletivos fez reuniões para problematizar o campo e as escolas públicas. Em 2000, na II Conferência Estadual, realizada em Porto Barreiro, formalizou-se a APEC.

Um dos marcos da constituição desse movimento estadual foi a Carta de Porto Barreiro, manifesto público assinado por todos os coletivos presentes à Conferência, que firmou os seguintes compromissos:

Trabalhar, em todas as instâncias, a construção de um Projeto Popular para o Brasil; Trabalhar a educação na perspectiva da elaboração de um Projeto Popular de Desenvolvimento para o campo; Fortalecer a Articulação Paranaense; “Por uma Educação do Campo”, criada na II Conferência Estadual: “Por uma Educação Básica do Campo”; Fortalecer e consolidar a Articulação garantindo a participação das educadoras, dos educadores, das educandas e dos educandos em todas as instâncias; Promover diversas oportunidades de realização de convênios, trabalhos e atividades interinstitucionais para troca de experiências, reflexões teóricas e metodológicas sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas várias entidades que integram a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo”; Dialogar com os governos do Campo Democrático, na perspectiva de implementar, nos municípios, uma política de educação do campo, a partir de experiências metodológicas e políticas bem sucedidas realizadas por outras administrações; Trabalhar a valorização e a auto-estima dos povos do campo, desde a sala de aula e por meio de encontros, seminários, eventos culturais e publicações; Criar inúmeras oportunidades de formação e reflexão sobre a importância dos Valores Humanos para a construção do Projeto Popular para o Brasil; Fomentar pesquisas sobre as novas práticas pedagógicas que estamos desenvolvendo nos diferentes níveis de ensino no campo, bem como, sobre as experiências comunitárias de organização social, política econômica, cultural e ambiental; Comprometer as universidades públicas para que elas assessorarem as iniciativas dos movimentos populares e desenvolvam ações de ensino, pesquisa e extensão que promovam a qualidade de vida dos povos do campo; Priorizar e incentivar os estudos, as leituras, as reflexões para promover os conhecimentos científicos e culturais: patrimônios da humanidade; Ampliar a capacidade de articulação para organizar as demandas, propor e executar políticas públicas específicas para os diferentes níveis e modalidades da Educação do Campo e Organizar a III Conferência Estadual “Por uma Educação do Campo”.³

³ A Carta de Porto Barreiro está disponível no Blog organizado pelo professor Elias Canuto: <http://gepppec.blogspot.com.br/2010/08/carta-de-porto-barreiro.html>. Acesso em 10/4/2014.

Nota-se a preocupação com o fortalecimento da APEC, a necessidade de criar canais de diálogo com o governo estadual, criar oportunidades de formação inicial e continuada, fomentar o diálogo com as universidades públicas, e forte ênfase no projeto popular para o Brasil. Uma forma de atuação da APEC foi a pressão em torno do governo estadual para reconhecer a educação do campo como política pública, algo que se positiva no ano de 2010, com as deliberações da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Ações definidas como prioritárias para a APEC são:

Criação do Curso de Pedagogia da Terra no Estado do Paraná; Promover o intercâmbio das experiências em desenvolvimento para um maior conhecimento dos projetos, objetivando suas ampliações; Realizar seminários microrregionais para troca de experiências e discussão teórica e metodológica da Educação Básica do Campo; Organizar seminários de formação de formação técnica e política com o objetivo de dimensionar os conhecimentos a respeito das legislações educacionais e encaminhar soluções para o reconhecimento das experiências da Educação do Campo; A Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo” deve reivindicar sua representação no Conselho Estadual de Educação; A Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo” deve também reivindicar sua representação nos conselhos municipais de educação e Desenvolver esforços para integrar as organizações que ainda não participam da Articulação.⁴

Verifica-se a preocupação com a construção de uma esfera pública como espaço de diálogo entre os movimentos sociais, organizados na APEC, e as instâncias governamentais. No período de 2003 a 2010 foram efetivadas as seguintes ações: criação do curso Pedagogia da Terra, inicialmente na UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão, seminários regionais e estaduais da educação do campo, formação continuada, criação da coordenação da educação do campo junto à Secretaria Estadual de Educação e criação do Comitê Estadual da Educação do Campo⁵, com formalização no ano de 2010. Foi um período marcado pela possibilidade de diálogo entre os coletivos do campo e o governo estadual. Foi um momento de construção de conhecimentos sobre a realidade das

⁴ Idem

⁵ Extinto no ano de 2010 por decisão do coletivo da APEC, como forma de fazer novos enfrentamentos ao governo atual [2011-2014], vindos da sociedade civil.

escolas públicas e mapeamento das necessidades imediatas para fazer avançar a concepção da educação do campo.

No ano de 2010, a APEC reuniu-se em Faxinal do Céu/PR, produziu um documento que ficou conhecido como “10 anos da Carta de Porto Barreiro – Manifesto da Educação do Campo do Estado do Paraná”. A carta dispõe sobre as conquistas do movimento da educação do campo, no período de 10 anos e apresenta 31 desafios à continuidade da luta por educação no estado do Paraná, dos quais são reproduzidos alguns que marcam a frente política e pedagógica da luta da APEC no estado, e que integram um processo maior de luta pela escola pública brasileira.

- . Constituir o movimento docente na Educação do Campo na perspectiva da conquista do direito às condições de trabalho em Escolas do Campo, buscando maior clareza e conhecimento da realidade do campo e uma pauta permanente de luta;
- . Avançar na elaboração de legislações e regulamentações na Educação do Campo (...);
- . Lutar pela categorização das escolas como Escolas do Campo no nos sistemas estadual e municipais, regulamentando essa categorização junto aos CEE e CME;
- . Integrar as experiências socioculturais dos educandos(as) ao Currículo, ao Projeto Político-Pedagógico e às práticas educativas que são organizadas a partir destes nas Escolas do Campo;
- . Repensar o programa Escola Ativa do MEC (Escolas Multisseriadas) na perspectiva da Educação do Campo (...)
- . Traçar estratégias para garantir a participação da Comunidade na Escola (...)
- . Proporcionar formação inicial e continuada específica para os professores (...);
- . Estabelecer relações no plano político pedagógico com os NRE's, Territórios, movimentos sociais, família e escola;
- . Lutar pelo concurso público para seleção de professores do campo (...).
- . Criar e fortalecer articulações entre Universidades, escolas do campo e pequenos produtores rurais (...);
- . Abrir demandas em Escolas de Campo para profissionais licenciados em Ciências Agrárias (...).
- . Ampliar a participação e conscientização das instâncias colegiadas (APMS, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil) por meio de grupos de estudo, onde se discutam a concepção de educação do campo, os direitos da comunidade e legislação que regule a Educação do Campo;

. Estimular a postura investigativa do professor com aumento de hora atividade e incentivar a produção de material pedagógico que atenda as especificidades dos sujeitos do campo (...).⁶

Na Carta estão expressas as principais dificuldades encontradas nas escolas públicas e as ações necessárias para a efetivação da educação transformadora, tais como: concurso para professores, na perspectiva da educação do campo, avanço na legislação, aproximação entre comunidade, escola e universidade, organização curricular, estímulo à prática investigativa por parte do professor, ampliação dos cursos superiores destinados aos filhos de pequenos proprietários e assentados, possibilitar a inserção dos licenciados em educação do campo nas escolas públicas etc. Verifica-se que a Carta é uma forma de ação do movimento social visando pressionar o governo para a efetivação do direito à educação entre os povos do campo.

A III Conferência Estadual Por uma Educação do Campo, organizada pela APEC em 2013, resultou em outro documento, que ficou conhecido como Carta de Candói, na qual foram destacados os desafios a serem enfrentados no estado do Paraná, a saber:

O primeiro deles diz respeito à necessidade de efetivar a Educação do Campo como política pública. A partir disso, faz-se necessária: a reabertura, manutenção e construção de escolas no campo; a ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades da educação, principalmente Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e ensino profissional (nível técnico e Ensino Superior), garantindo também atendimento em processos de educação especial na perspectiva de inclusão; busca de garantia de processos de formação inicial e continuada específicos e vinculados aos interesses da classe trabalhadora; construção de práticas pedagógicas em espaços educativos do campo, inclusive em classes multisseriadas, na perspectiva da emancipação humana, partindo da especificidade do campo, mas garantindo o acesso ao conhecimento elaborado, socializando-as para potencializar as mudanças necessárias; garantia de condições adequadas e necessárias para que ocorra um processo educativo de qualidade, entendendo-as desde a estrutura física aos materiais pedagógicos (inclusive sua produção); lotação de professores concursados em escolas do campo; articulação dos sujeitos coletivos da classe trabalhadora; pautar e fazer controle social das políticas públicas para o campo.⁷

⁶ Essa carta foi redigida em 15 de abril de 2010, durante o VI Simpósio Estadual da Educação do Campo. Está disponível no Blog organizado pelo professor Elias Canuto, a saber: http://educampopr.pbworks.com/f/manifesto_educacao_do_campo.pdf. Acesso em 10 de abril de 2014.

⁷ Reproduzido da Carta escrita em agosto de 2013, no município de Candói. Disponível em:

Verifica-se que novas demandas são registradas, a exemplo da educação infantil e da educação especial. Os movimentos sociais trazem para a gestão governamental os problemas reais que necessitam de enfrentamento no campo brasileiro, entretanto, a opção política não tem sido pela transformação, mas sim pela oferta de paliativos para os problemas estruturais que afligem o país. Destaca-se a preocupação com a efetivação de políticas públicas no campo e a educação é somente uma delas, afinal, se não houver mudança estrutural agrária e agrícola, dificilmente os povos do campo conseguirão meios de sobrevivência e permanência na terra. Um projeto político que fortaleça o Brasil desde o seu potencial agrário e agrícola para geração de tecnologia, emprego e agregação de valores aos produtos da terra é essencial para o desenvolvimento da nação. Enquanto o Brasil for tratado, no âmbito das políticas públicas, como centralmente urbano, será complexo pensar na efetivação da educação do campo. Os movimentos sociais pautam, há longa data, o campo necessário ao Brasil e à superação de desigualdades sociais.

A educação do campo como política pública está expressa no Decreto⁸ do presidente da República sob nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Os desafios encontram-se no âmbito da gestão das políticas educacionais. É nessa esfera que estão localizados problemas como formação inicial, formação continuada de professores, infraestrutura escolar, condição de trabalho dos professores, dificuldade de tempo para estudo e trabalho coletivo. Na esfera das práticas pedagógicas são inúmeros os desafios, as situações-limites, tal como escreve Freire (1987). O maior desafio reside na construção de práticas pedagógicas guiadas pela emancipação humana. Essa atuação requer formação inicial e continuada crítica, assim como prática política governamental transformadora. Não é o que se constata na conjuntura atual no Brasil e no Paraná. Diante de uma conjuntura que não potencializa transformações estruturais no campo brasileiro e na cultura escolar, os movimentos sociais organizam-se para lutas e demandas frente aos governos.

http://apecpr2011.blogspot.com.br/2013/08/carta-de-candoi-e-pauta-de-compromissos_25.html. Acesso em 10 de abril de 2014.

⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 11 de abril de 2014.

A APEC⁹ afirma que a educação do campo:

- não representa apenas disputa conceitual, troca de palavras, mas se vincula a uma materialidade imposta à classe trabalhadora no processo de ampliação e consolidação do capitalismo, que a coloca numa situação de exploração crescente, até expulsando-a do campo, que se torna campo do agronegócio, mas também de reação a essa condição e a busca de outro projeto de campo, de vida e de educação;
- que não é para e nem apenas com, mas dos trabalhadores do campo;
- é luta coletiva por políticas públicas que não estejam subordinadas ao economicismo e às determinações do mercado, mas aos interesses da classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação;
- considera a diversidade dos sujeitos que dela necessitam, desde as especificidades de trabalho, de cultura, de linguagem e outros, portanto, reconhece a materialidade específica dos locais onde esses sujeitos produzem sua vida;
- considera a escola como instrumento importante para apropriação e produção de conhecimentos, portanto, espaço de ensino e formação humana;
- é direito social básico, universal e vital e dever do Estado.

A APEC possui características de um movimento social voltado à análise do campo e da efetivação da educação como direito fundamental. É um movimento que faz frente às ações governamentais e que traz diagnósticos da realidade das escolas públicas localizadas no campo, com o intuito de fortalecer as frentes de efetivação das políticas educacionais. Seus documentos dão ênfase à dimensão escolar, entretanto, em todas as suas ações e debates verifica-se a preocupação com os rumos do capitalismo no campo e todas as consequências advindas da não efetivação da reforma agrária.

As demandas da educação do campo expostas durante a III Conferência, em agosto de 2013, estão agrupadas em cinco blocos: 1) Infraestrutura. 2) Formação , contratação de educadores e articulação com as Universidades. 3) Gestão. 4) materiais e propostas pedagógicas. 5) Acesso a todos os níveis e modalidade de Educação com qualidade social.¹⁰

⁹ Reproduzido da Carta escrita em agosto de 2013, no município de Candói. Disponível em: http://apecpr2011.blogspot.com.br/2013/08/carta-de-candoi-e-pauta-de-compromissos_25.html. Acesso em 10 de abril de 2014.

¹⁰ Idem.

O movimento social que acontece fora da escola é fundamental para provocar interrogações sobre a gestão e as práticas pedagógicas. Como escreveu Arroyo (1989, p.187)¹¹:

Há uma pedagogia em marcha, que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e político-organizativa. Infelizmente, não somos profissionais dessa pedagogia apenas da pedagogia escolar. A sociedade brasileira é mais vigorosa do que imaginamos. Se nós, educadores, acreditamos que existe em curso, fora da escola e também nas escolas, um poderoso processo social educativo, teremos razões de sobra para ser otimistas.

Esse movimento que ocorre fora da escola tem gerado interrogações no interior das instituições de ensino localizadas no campo. A educação do campo chega às escolas públicas por meio das ações dos movimentos sociais, a exemplo do que se passa com a APEC no estado do Paraná. Da mesma forma, as instituições de educação superior fortalecem o debate da educação do campo por insistência e demanda dos movimentos sociais, em especial, diante da existência de programas governamentais que se efetivam por meio das mediações feitas pelas universidades.

No próximo item, a intenção é mostrar que é possível fazer da escola um lugar de emergência do debate da educação do campo e de mudanças na prática pedagógica e na compreensão de campo como lugar de trabalho, cultura, diversidade.

Escolas públicas e efetivação da educação do campo

A problematização da escola pública localizada no campo requer a reflexão sobre o que Souza (2008) denominou de duas frentes inauguradas pela educação do campo no Brasil. Primeiro, a reflexão sobre escola pública, por entre o projeto popular versus a escola de natureza estatal regida por fins particulares e clientelistas. Segundo, a reflexão sobre as práticas pedagógicas no interior das escolas, gerando a necessidade de diferenciar a ideologia da educação rural versus a ideologia da educação do campo. Para a autora, a escola pública que está no campo necessita ser efetivada como “pública”, ou seja, ter a participação efetiva dos povos do campo na escola, transformando a escola

¹¹ Publicado em Nogueira e Miranda (orgs.). Miguel González Arroyo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

para o povo na escola do povo. O que se verifica na maior parte dos municípios do estado do Paraná é que a escola tem sido lugar marcado pelas políticas locais excludentes. Entretanto, o que mais preocupa na realidade municipal é o desconhecimento educacional por parte das pessoas indicadas para a gestão escolar. Escolas são fechadas em nome da racionalidade econômica e justificadas pelo pequeno número de alunos. As contradições que marcam o trabalho no campo e novos projetos locais não estão nas pautas governamentais. O alto grau de proletarização dos povos do campo, que se direcionam para trabalhos nas cidades, não é motivo de problematização e de redirecionamento das políticas locais. A mudança da nomenclatura da escola “rural” para “escola do campo” tornou-se rotina e demonstra, em muitos casos, perda da materialidade de origem da educação do campo.

No estado do Paraná, as observações realizadas nas escolas públicas permitem afirmar que as principais dúvidas dos profissionais da educação são: 1) Qual é a diferença entre educação rural e educação do campo? 2) Muda-se a nomenclatura da escola e a prática escolar continua a mesma, então, qual é o sentido da mudança de “rural” para “campo”? 3) Os materiais didáticos têm que ser diferentes e reduzidos aos conteúdos locais? Isso não fragiliza a formação das crianças? 4) As escolas são fechadas porque têm poucos alunos, como fazer para mudar essa realidade?

Importante notar que os profissionais da educação que não estão vinculados aos movimentos sociais do campo têm questões conjunturais e estruturais que os inquietam. Afinal, se os trabalhadores continuam migrando para outros municípios e cidades, qual é o sentido do debate da educação do campo? Os profissionais, indiretamente, colocam interrogações relacionadas aos condicionantes estruturais históricos da sociedade brasileira, tais como a concentração da terra e a produção da matéria-prima com baixo preço, o que inviabiliza todo um modo de vida e de trabalho na terra.

Quando indagam sobre a diferença entre educação rural e educação do campo, demonstram a necessidade de que a formação inicial e continuada enfatize a realidade campo no Brasil. Muitos profissionais concluem a educação superior sem nunca ter discutido campo no Brasil. Esse fato gera uma distorção na visão de mundo, que fica reduzida ao Brasil urbano. A educação rural tem vínculo com o projeto de país urbano,

que nega o campo como lugar de vida, trabalho e cultura. Reforça o imaginário de que qualquer lugar e trabalho é melhor do que o campo e deixa de pontuar as principais contradições da sociedade brasileira, dentre elas a pobreza ao lado da concentração da terra. Por outro lado, a educação do campo surge interrogando a lógica da educação rural e dentro de um projeto popular para o Brasil, em que o campo passa a ser lugar de trabalho e de vida sustentável culturalmente e economicamente. A educação do campo é político-ideologicamente oposta à educação rural construída ao longo de toda a história brasileira. Emerge em meio às práticas coletivas dos movimentos sociais e às demandas pela efetivação das políticas públicas de forma participativa efetiva.

Para Souza (2011), a educação rural é marcada por práticas educativas isoladas e aderentes à ideologia do Brasil urbano, ao passo que a educação do campo surge da força da ação coletiva dos povos do campo.

A realidade da escola pública localizada no campo, de infraestrutura precária e de imersão nas contradições do capitalismo, nos faz pensá-la como lugar com potencial para o desenvolvimento da concepção de educação do campo. Essa ideia tem sido refutada por pesquisadores da educação do campo e dos movimentos sociais, entretanto, registre-se, a partir de relatórios de pesquisas vinculados ao Programa Observatório da Educação/CAPES, que é possível fazer uma escola diferente, desde que com paciência pedagógica e disposição para o trabalho coletivo na própria escola, vivendo os desafios enfrentados pelos professores, direção e gestores municipais. Sem cair na ingenuidade de pensar que a instituição escola, sozinha, propiciará processos de transformação social. O que se defende é que a instituição seja um lugar de constante provocação do cotidiano, da rotina, da técnica, da pedagogia bancária e dos seus propósitos conservadores já enraizados culturalmente. Os profissionais da educação, mais do que repassar um conteúdo pronto e acabado, têm o dever de gerar problematização dos conhecimentos universais e da prática social. Para que isso ocorra, é fundamental que os profissionais da educação reconheçam a sua capacidade de fazer a diferença no mundo escolar, que eles são mais do que simples peças na engrenagem ideológica do capitalismo.

Como fazer valer os princípios da educação do campo em contexto tão contraditório e marcado por ideologia conservadora? Importante indagar sobre a gestão

política local e os impactos nas escolas públicas. O que se observa nas escolas localizadas nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba resume-se a: 1) gestão política local composta por profissionais que pouco ou nada conhecem do movimento nacional da educação do campo. 2) professores e gestores que não tiveram formação inicial e nem continuada que permita a compreensão da realidade campo brasileiro e nem dos princípios da educação do campo. 3) proletarização desenfreada da população moradora do campo, que não vê alternativas para além do trabalho nas cidades. 4) profissionais da educação com formação educacional precária e com dificuldade para compreender a contradição do modo de produção capitalista manifesta na oposição entre agronegócio e pequena agricultura. 5) forte ideologia conservadora na prática e no ideário dos profissionais – professores e gestores – da educação, oriunda da formação superior e da política local, em muitos casos clientelista. 6) projetos político-pedagógicos feitos como colcha de retalhos, sem qualquer apropriação pela comunidade local e nem mesmo pelos profissionais que trabalham nas escolas. 7) política governamental que coloca nova roupagem na educação rural, mudando apenas a nomenclatura das escolas [de escola rural para escola do campo].

Como ver potencialidades nesse cenário desolador da educação brasileira? O trabalho coletivo, prática constante nos movimentos sociais, necessita adentrar o espaço escolar e para tal requer disposição dos profissionais da educação brasileira, em especial a articulação entre universidade e educação básica.

A escola como lugar para fazer avançar a educação do campo é uma ideia que surge da análise de relatórios de pesquisas vinculados ao Programa Observatório da Educação. Foram analisados 4 relatórios de pesquisas em andamento no estado do Paraná e deles é possível apreender que:

Os profissionais que trabalham nas escolas localizadas no campo têm frágil formação, mas é possível criar a disposição para o estudo. Muitos profissionais desejam *Ser Mais*¹², mas às vezes a política local os leva a agir mecanicamente e sem compromisso com a classe trabalhadora, pois tal compromisso gerará interrogações à cultura política

¹² Freire, 1987.

local e, conseqüentemente, serão alvos de pressão por parte do poder político local. A relação na esfera local é complexa e ainda marcada por clientelismo e personalismo. O profissional que deseja ter uma prática diferenciada tem que ter coragem para enfrentar a cultura que marca a política local.

Os gestores municipais desconhecem a realidade campo e a educação do campo tal como pautada pelos movimentos sociais, entretanto, é possível provocá-los para tal debate e enfrentamento das contradições que marcam o capitalismo. Essa provocação tem que ser feita nos próprios municípios, nas escolas, com processos de mediação que possibilitem aos profissionais a exposição dos problemas e a construção de respostas coletivas, ainda que limitadas ao “reformismo”, haja vista que as mudanças necessárias são de cunho estrutural do país.

O trabalho coletivo no espaço escolar tem sido a principal maneira de gerar inquietações entre os profissionais da educação. Registra-se a existência dos coletivos itinerantes da educação do campo, experiência iniciada em 2011, no contexto de um projeto Observatório da Educação. Esses coletivos itinerantes têm construído reflexões em torno das questões mais urgentes apresentadas pelos professores das escolas localizadas no campo. Alguns temas já debatidos foram: leitura e alfabetização nos anos iniciais; campo e sustentabilidade; projeto político-pedagógico; investigação-ação em classes multisseriadas com ênfase no processo ensino-aprendizagem.

Essas experiências estão em desenvolvimento no contexto das forças conservadoras e ameaçadoras do sistema político vigente. É preciso reconhecer que quando os professores adquirem mais conhecimento e começam a interrogar as lógicas locais, eles tendem a sofrer repressões e pressões ideológicas.

O cenário dos processos de transformação anunciados são os dos municípios de Fazenda Rio Grande, Quitandinha, Tijucas do Sul, Lapa e Campo Magro. Nesses locais as seguintes ações têm sido empreendidas por um coletivo de educadores formado por profissionais de universidade e da educação básica, em particular, das escolas públicas municipais: 1) Formação de coletivos de estudo de textos da educação do campo. 2) Trabalho coletivo para identificar comunidades e povos do campo nesses municípios. 3)

Estudo do projeto político-pedagógico das escolas fazendo contrapontos com a concepção da educação do campo. Conclui-se, nos coletivos, que os PPPs atendem à lógica da educação rural e que para superá-la é necessário estudo e desenvolvimento da participação efetiva da comunidade rural na escola. O município de Tijucas do Sul tem, há dois anos, empreendido ações de reconhecimento da escola do campo, por meio da intensificação da participação da comunidade, mediada por uma pesquisadora que trabalha com investigação-ação na localidade. O trabalho tem sido árduo, porém com indícios de que é possível fazer a educação do campo adentrar espaços onde há incipiente organização política da classe trabalhadora. 4) organização de coletivos de estudo diretamente nas escolas localizadas no campo. Essa atividade é árdua em complexa, haja vista a dificuldade de conciliar horários de trabalho na escola e em outras escolas, com os estudos. Isso mostra que a mudança na política educacional gerará impactos na prática pedagógica, pois se os professores continuarem “correndo” de uma escola para outra, para aumentar o rendimento mensal, dificilmente conseguirão tempo para o estudo necessário à transformação da prática. Essa atividade tem sido desenvolvida nos municípios de Araucária, Campo Magro, Fazenda Rio Grande e Quitandinha gerando frutos tais como: reestruturação do PPP segundo a concepção da educação do campo e organização de ações municipais direcionadas a pensar a realidade das escolas localizadas no campo, em especial o fechamento de escolas, o transporte escolar e as práticas pedagógicas.

A caminhada é longa, mas é necessário manter a esperança de que a escola e as escolhas podem ser diferentes. Nas localidades que não possuem movimentos sociais do campo consolidados, a escola tem forte potencial para problematizar a ideologia da educação rural em oposição à ideologia da educação do campo, mas exige mediação político-pedagógica.

Considerações finais

Os documentos e as experiências coletivas dos movimentos sociais e no interior da escola pública têm permitido constatar o que Gohn (2003, p. 37) escreve sobre a participação da sociedade civil nos espaços públicos, para ela:

(...) a importância da participação da sociedade civil se faz não apenas para ocupar espaços nas novas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável (...).

É o que se constata na ação da APEC no estado do Paraná e nas experiências de mediação pedagógica construídas nas escolas públicas. A APEC menciona os desafios que marcam a construção da educação do campo e, é importante notar que um problema a ser enfrentado na sociedade brasileira é o abandono do campo, do trabalhador do campo e pequena valorização dos produtos agrícolas, de um lado. De outro lado, nota-se a valorização das atividades agropecuárias e agroindustriais em grande escala, com alta tecnologia e emprego de reduzido número de trabalhadores. Num país com dimensões continentais, é essencial rever o lugar do campo no projeto político de nação e o quanto ele pode ser potencial para a solução das contradições mais emergentes.

Os movimentos sociais são essenciais para interrogar o ordenamento jurídico e a gestão da coisa pública. A escola pública, como coisa pública, necessita ser pensada como lugar para problematizar e construir conhecimentos críticos sobre e da sociedade brasileira, um lugar para pensar e valorizar o potencial da sociedade e do campo brasileiro na superação das contradições e desigualdades sociais.

A escola pública está envolta numa cultura local e institucional que marginaliza experiências e fragmenta conteúdos, numa lógica positivista construída historicamente. A superação dessa cultura, que é conservadora e excludente, requer processos de mediação pedagógica a serem efetivados na própria instituição, dentro dela, com ela e não de fora para o interior. A coisa pública, que é a escola, pode ser um lugar de vida, de desacomodação e de formação humana em perspectiva transformadora.

Referências

ARROYO, M.G. A escola e o movimento social: relativizando a escola, 1989. Publicado por NOGUEIRA, P. H. de Q.; MIRANDA, S. A. de (orgs.). **Miguel González Arroyo: educador em diálogo como nosso tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, nº 1, p. 35-64, mar/jun. Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, nº 105, p. 1089 – 1111, set/ dez, 2008.

SOUZA, M. A. de. A educação é do campo no estado do Paraná? In: SOUZA, M. A. de. (org.). **Práticas educativas no/ do campo**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011.

SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação**. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.